

AO ILUSTRÍSSIMO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA DE MONTE AZUL PAULISTA, ESTADO DE SÃO PAULO

TOMADA DE PREÇO Nº. 006/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 094/2023

PORTO JÚNIOR USINA DE ASFALTO LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (“**CNPJ**”) sob o nº 74.207.887/0001-20, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, com sede na Av. Francisco Martins Alvarez, nº 520, Parque Eldorado, na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo, CEP 14.706-200, vem, respeitosamente, na presença de Vossas Senhorias, apresentar o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão proferida por esta Comissão de Licitação, nos autos do processo licitatório em epígrafe, a fim de manifestar a discordância da decisão desta Comissão de Licitação, conforme os termos a seguir amealhados.

I. SINTESE FÁTICA

1. Como é notório, esta Municipalidade publicou o Edital da Tomada de Preço acima identificada dando início aos procedimentos para dar andamento ao processo licitatório em epígrafe, visando a contratação de empresa especializada para executar o objeto em questão no Município de Monte Azul Paulista – SP.

2. Tendo isso em vista e considerando o interesse da Requerente em participar do certame acima identificado, a empresa procedeu com o protocolo de seus documentos para habilitação e julgamento de proposta, nos estritos moldes estipulados pela Lei nº 8.666/93.

3. No mais, como não se trata de empresa local, imputa informar que a Porto Júnior procedeu com o protocolo antecipado, visto a impossibilidade na participação presencial na sessão pública de abertura dos documentos.

4. Em vista disso, em 19/02/2024, fora dado início à sessão de abertura da documentação dos interessados, sendo analisado pela Comissão de Licitação que entendeu no seguinte sentido:



deste edital e respectivos anexos. Da análise decidiu-se.
- **PORTO JUNIOR USINA DE ASFALTO LTDA.-EPP** inabilitada em virtude das procurações em nome de Luciana Maria Sampaio Ribeiro Porto e Henrique Ribeiro Porto, estarem em desacordo com item 10.1.5.9 do Edital.
- **CONSTRUTORA E CONSTRUTORA CIVIL LTDA.** inabilitada. não

5. Logo, conforme se afez, a Comissão de Licitação considerou que a empresa apresentou procuração em desconformidade com o Edital.

6. Contudo, conforme será exposto a seguir, com o devido acatamento, referida decisão não há de prosperar, uma vez que contraria o atual entendimento admitido pela jurisprudência sobre o tema, corroborado com a aplicação dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e supremacia do interesse público.

II. DO DIREITO

a. Da procuração apresentada: erro formal sanável

1. Conforme exposto, a Comissão de Licitações entendeu que a empresa não apresentou procuração em conformidade com o Edital, uma vez que apresentou uma cópia sem autenticação.

2. Inicialmente, cumpre informar que a empresa apresentou devidamente a documentação solicitada, tendo apresentado procuração adequadamente assinada e formulada, a fim de outorgar os poderes necessários para a assinatura dos documentos licitatórios protocolados.

3. Vale relembrar que não pode o Edital conter restrições ao caráter competitivo do certame. Ainda que assim não fosse o entendimento desta Comissão, vislumbrar-se-ia um mero erro formal. Para tanto, vale citar: **(i) erro formal: quando um documento é produzido de forma diversa daquela exigida, mas atinge a finalidade pretendida;** (ii) erro material: quando há um vício no conteúdo da informação, havendo incongruência entre a vontade e o que de fato foi expresso no documento; e (iii) erro substancial: inexistência na natureza do negócio, objeto principal da declaração ou alguma das qualidades a ele essenciais (art. 139 do Código Civil).

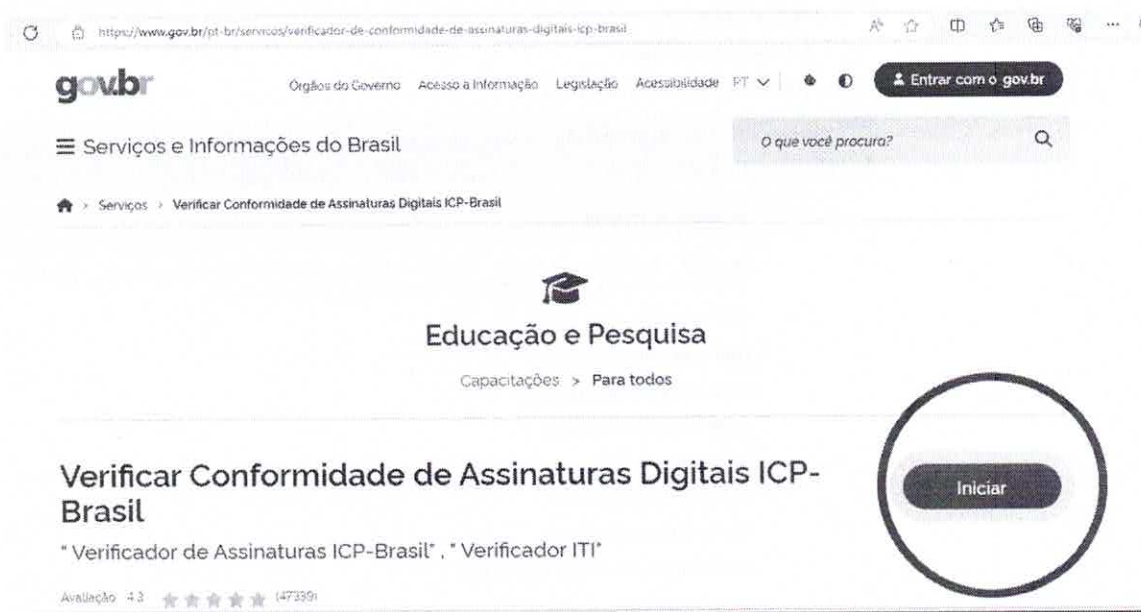
9. Não obstante, observa-se que eventual erro formal incorrido, quando considerado o protocolo de procuração devidamente assinada, em nenhuma situação seria hábil a causar prejuízo à Administração Pública, não podendo a empresa sofrer tamanha punição ao ser impedida de continuar no certame por mera (eventual) irregularidade formal em sua documentação de habilitação.



10. Até mesmo porque a regularidade da assinatura digital pode ser plenamente atestada por meio do relatório de conformidade emitido pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, o qual atesta o validador de assinaturas eletrônicas, inclusive demonstrando que o certificado se trata do ICP-Brasil, reconhecido juridicamente para proceder com as assinaturas.

11. Referido relatório pode ser acessado por meio do site: [Verificar Conformidade de Assinaturas Digitais ICP-Brasil \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)

12. Vejamos:



The screenshot shows a web browser window with the URL <https://www.gov.br/pt-br/servicos/verificador-de-conformidade-de-assinaturas-digitais-icp-brasil>. The page header includes the gov.br logo, navigation links for 'Órgãos do Governo', 'Acesso à Informação', 'Legislação', and 'Acessibilidade', and a language dropdown set to 'PT'. A search bar contains the text 'O que você procura?'. The breadcrumb trail reads 'Serviços > Verificar Conformidade de Assinaturas Digitais ICP-Brasil'. The main content area features the 'Educação e Pesquisa' logo and the text 'Capacitações > Para todos'. The service title is 'Verificar Conformidade de Assinaturas Digitais ICP-Brasil', with a subtitle '“ Verificador de Assinaturas ICP-Brasil” , “ Verificador ITI”'. A large circular button labeled 'Iniciar' is highlighted with a black circle. At the bottom left, there is an 'Avaliação 4.3' with five stars and 147339 reviews.

Handwritten signature

gov.br Instituto Nacional de Tecnologia da Informação Órgãos do Governo Acesso à Informação Legislação Arquivos

VALIDAR
Serviço de validação de assinaturas eletrônicas

Relatório de Conformidade

Nome: Validar
Data de validação: 20/03/2023 07:27:37 BRT
Versão do software(Verificador de Conformidade): 2.14.01
Versão do software(Validador de Documentos): 3.4.2
Fonte de verificação: Ótimo

Informações do arquivo

Nome do arquivo: Procura77770 Luciana - assinada.pdf
Resumo da SHA256 do arquivo: 58a7a2c6106d04a057fe54ac525fa70ec208127faf90ac67304418501b08020143
Tipo do arquivo: PDF
Quantidade de assinaturas: 1
Quantidade de assinaturas ancoradas: 1

CN=MARILIA SAMPAIO RIBEIRO PORTO, OU=ADVOGADO, OU=Assinatura Tipo A3, OU=VideoConferencia, OU=20734489000107, OU=AC OAB, O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura

Assinante: CN=MARILIA SAMPAIO RIBEIRO PORTO, OU=ADVOGADO, OU=Assinatura Tipo A3, OU=VideoConferencia, OU=20734489000107, OU=AC OAB, O=ICP-Brasil, C=BR
CPF: "452348"
Tipo de assinatura: Deslocada
Status de assinatura: Aprovada
Caminho de certificação: Valid
Estrutura: Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica: Aprovada
Resumo criptográfico: Correta
Data assinatura: 24/07/2023 20:07:28 BRT
Atributos obrigatórios: Aprovados

13. Além disso, é imperativo destacar que a assinatura digital é legalmente reconhecida e equiparada à assinatura manuscrita. Dessa forma, rejeitar a procuração com base unicamente na forma da assinatura seria desconsiderar as normativas que regem as assinaturas digitais.

14. Vale dizer, no Brasil as assinaturas eletrônicas são válidas e reconhecidas legalmente. A Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, dispõe sobre as regras para uso das assinaturas eletrônicas nas interações entre pessoas e instituições privadas com os entes públicos e entre os próprios órgãos e entidades públicas.

15. De acordo com referida Lei, inclusive, a assinatura constante na procuração pode ser considerada como uma assinatura eletrônica qualificada, de acordo com o art. 4º, III, uma vez que realizada por meio de certificado digital com ICP-Brasil.

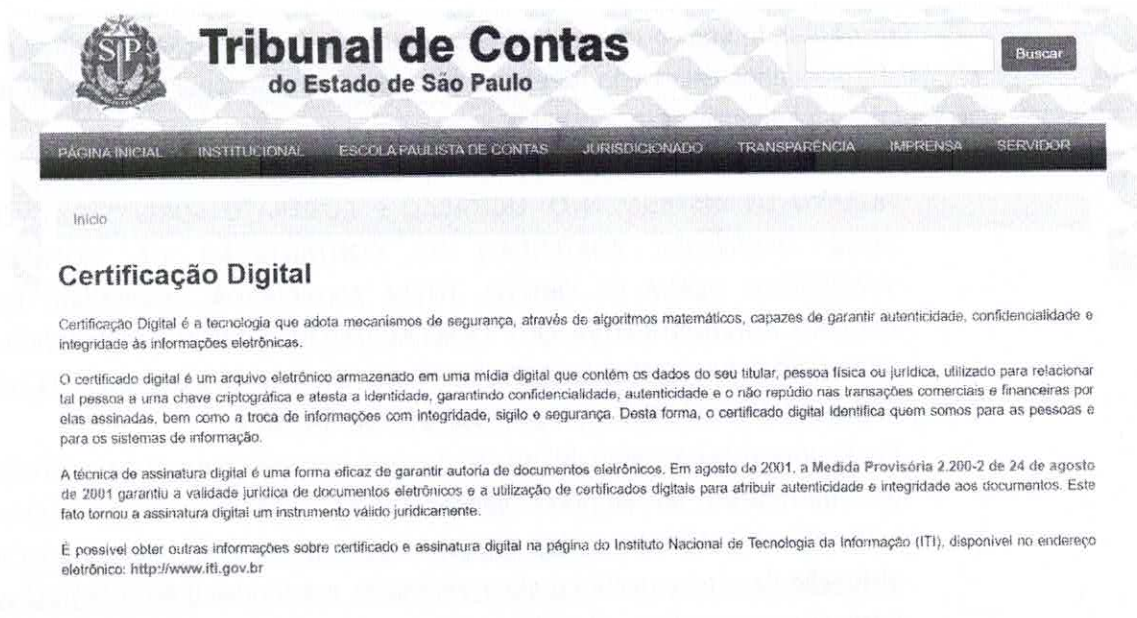


16. Não obstante, ao analisar o edital, não identificamos requisitos específicos ou restrições quanto à forma de assinatura das procurações. Portanto, argumentamos que a assinatura digital adotada está em conformidade com os termos estabelecidos no edital, não havendo razão para a inabilitação com base nesse critério.

17. A escolha pela assinatura digital foi feita visando garantir a integridade e autenticidade da procuração. A tecnologia empregada nesse processo utiliza criptografia para assegurar que o documento não tenha sofrido alterações após a assinatura, contribuindo, assim, para a segurança e confiabilidade do instrumento, além do requinte ecológico.

18. Em consonância a este posicionamento, inclusive, se posicionou o próprio TCE-SP, o qual sedimenta seu entendimento no sentido de que o certificado digital utilizado para realizar a assinatura de documentos contém os dados do seu titular, pessoa física ou jurídica, **utilizado para relacionar tal pessoa a uma chave criptográfica e atesta a identidade, garantindo confidencialidade, autenticidade e o não repúdio nas transações comerciais e financeiras por elas assinadas, bem como a troca de informações com integridade, sigilo e segurança.**

19. Vejamos:¹



The screenshot shows the website of the Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. The header includes the logo of the Tribunal and the text 'Tribunal de Contas do Estado de São Paulo'. Below the header is a navigation menu with links: PÁGINA INICIAL, INSTITUCIONAL, ESCOLA PAULISTA DE CONTAS, JURISDICIONADO, TRANSPARÊNCIA, IMPRENSA, and SERVIDOR. The main content area is titled 'Certificação Digital' and contains the following text:

Certificação Digital é a tecnologia que adota mecanismos de segurança, através de algoritmos matemáticos, capazes de garantir autenticidade, confidencialidade e integridade às informações eletrônicas.

O certificado digital é um arquivo eletrônico armazenado em uma mídia digital que contém os dados do seu titular, pessoa física ou jurídica, utilizado para relacionar tal pessoa a uma chave criptográfica e atesta a identidade, garantindo confidencialidade, autenticidade e o não repúdio nas transações comerciais e financeiras por elas assinadas, bem como a troca de informações com integridade, sigilo e segurança. Desta forma, o certificado digital identifica quem somos para as pessoas e para os sistemas de informação.

A técnica de assinatura digital é uma forma eficaz de garantir autoria de documentos eletrônicos. Em agosto de 2001, a Medida Provisória 2.200-2 de 24 de agosto de 2001 garantiu a validade jurídica de documentos eletrônicos e a utilização de certificados digitais para atribuir autenticidade e integridade aos documentos. Este fato tornou a assinatura digital um instrumento válido juridicamente.

É possível obter outras informações sobre certificado e assinatura digital na página do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), disponível no endereço eletrônico: <http://www.iti.gov.br>

20. Dessa forma, conforme pontuado pelo próprio TCE-SP, a técnica de assinatura digital é uma forma eficaz de garantir autoria de documentos eletrônicos. Em agosto de 2001, a Medida Provisória 2.200-2 de 24 de agosto de 2001 garantiu a validade jurídica de documentos eletrônicos e

¹ Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www4.tce.sp.gov.br/certificacao-digital>>. Acesso em: 19 de fev. 2024.



a utilização de certificados digitais para atribuir autenticidade e integridade aos documentos. Este fato tornou a assinatura digital um instrumento válido juridicamente.

21. Ademais, a assinatura digital com certificado, tal como realizada no presente caso, não apenas atesta a autenticidade do documento, mas também oferece um nível adicional de segurança e rastreabilidade. Ao contrário de uma assinatura manuscrita, a assinatura digital permite verificar a hora exata da assinatura e garantir que não houve alterações desde então, o que pode ser facilmente atestado com o envio da procuração pelo meio digital.

22. Adicionalmente, deve-se preponderar o interesse público, buscando a melhor vantagem econômica à Administração, sendo o fator preço decisivo – por menor que seja – destacando-se sobre o formalismo.

23. **Diferente seria se a empresa tivesse não tivesse apresentado o documento exigido – o que não houve.**

24. Nesse sentido, a legalidade estrita cede terreno à instrumentalidade das exigências do Edital, **porquanto a irregularidade verificada constitui defeito irrelevante, incapaz de comprometer a certificação, autenticação e validade jurídica dos documentos apresentados.**

25. Corroborando com o quanto exposto, a jurisprudência pátria é pacífica no sentido de afastar formalidades excessivas, devendo o certame proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, a saber:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. ABSTENÇÃO DA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA. PERDA DE OBJETO. TITELA ANTECIPADA. SUSPENSÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA QUE DESCLASSIFICOU A MELHOR PROPOSTA. CABIMENTO. PRESENTES OS REQUISITOS AUTORIZADORES DO ART. 273 DO CPC. MEDIDA ADOTADA POR EXCESSO DE FORMALISMO.

Configura perda de objeto do recurso na parte em que aventada a suspensão da contratação da empresa vencedora em razão da superveniente celebração do contrato. **O tipo licitação menor preço deve proporcionar a obtenção da proposta com melhor vantagem econômica à Administração, fator que prepondera sobre formalidades excessivas, passíveis de serem supridas (...).** Agrado de instrumento desprovido²

² Agravo de Instrumento Nº 70031986623, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Julgado em 10/12/2009.



ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. CAPACITAÇÃO TÉCNICA. DOCUMENTO NOVO. NULIDADE DO CERTAME. INOCORRÊNCIA.

1. A realização de diligências pela Comissão de Licitação para esclarecimento de documentos constantes nas propostas de habilitação não viola o artigo 43, §3º da Lei 8.666/93. Precedente do STJ. Hipótese em que a Comissão de Licitação requereu complementação de informações em atestado de capacitação técnica para a realização do serviço objeto da licitação.

2. A licitação consiste em processo administrativo que visa à escolha do futuro contratante que apresente a melhor proposta. Não se constitui em corrida de obstáculos cujo vencedor é o mais veloz. Acima do interesse privado dos participantes em vencer o certame sobrepõe o interesse público a ser perseguido pela Administração Pública. Daí que há de ser assegurado tanto quanto possível a maior competitividade do certame. Neste quadro, é medida que põe o interesse privado dos demais licitantes acima do interesse público. Recurso desprovido.³

APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO. ILEGALIDADE. EXCESSO DE FORMALISMO.

A orientação correta nas licitações é a dispensa de rigorismos inúteis e a não-exigência de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados em licitar. Tem a impetrante direito líquido e certo a prosseguir no certame, nulo o ato que a desabilitou. RECURSO DESPROVIDO, MANTIDA A SENTENÇA EM REEXAME NECESSÁRIO. VOTO VENCIDO.⁴

26. A decisão da Comissão de Licitações, portanto, deve ser afastada, uma vez que não atende às normas constitucionais e legais que devem reger o processo licitatório, o qual deve se sobrepor a formalidades excessivas, passíveis de serem supridas.

27. Nesse sentido caminha também o Superior Tribunal de Justiça, já tendo pacificado seu entendimento no que tange a exigências calcadas em formalismo excessivo, as quais devem ser superadas em vista da supremacia do interesse público em busca da melhor proposta no certame, conforme decidido nos autos do Recurso Especial nº 542.333/RS (Rel. Min. Castro Meira – Segunda Turma – Data da Publicação: 07/11/05) e Recurso Especial nº 542333 RS 2003/0106115-0 (Relator: Ministro CASTRO MEIRA, Data de Julgamento: 20/10/2005, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: --> DJ 07/11/2005 p. 191).

³ Apelação e Reexame Necessário Nº 70012083838, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS. Relator: Maria Isabel de Azevedo Souza, Julgado em 28/07/2005.

⁴ Apelação e Reexame Necessário Nº 70025791286, Vigésima Primeira Câmara Cível. Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Julgado em 15/10/2008.

28. Referido formalismo exacerbado, portanto, não deve ceder espaço ao detrimento dos princípios que regem o procedimento licitatório, em especial, o da competitividade e proporcionalidade, devendo ser preservada a substância do ato sob sua forma, uma vez que o documento fora devidamente apresentado pela licitante, destoando do razoável sacrificar a participação da empresa em vista de vício formal que não importa em qualquer prejuízo ao interesse público.

29. Seguindo referida arguição, sem medo de errar, é o entendimento pacífico dos Tribunais, destaca-se:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO POR TOMADA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE JORNAL PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DA ADMINISTRAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO. CABIMENTO. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE NO CERTAME.

I- O registro cadastral de fornecedores mantidos pela Administração compõe banco de dados de que se utiliza toda vez que necessita licitar, sem que tenha de verificar um a um os requisitos de **habilitação**.

II É princípio da licitação o procedimento formal a significar que a lei e o edital vinculam a Administração e os licitantes a todas as exigências e prescrições. Na verdade, a pretexto de cumprir literalmente o edital, destoa do razoável sacrificar a finalidade do processo licitatório qual o de encontrar, entre as várias propostas, a mais vantajosa (MS nº 5.606/DF- Rel. Min. José Delgado). Assim, mesmo vícios formais podem ser superados quando não importar prejuízo ao interesse público; [...].⁵

30. Logo, não tendo sido observado qualquer prejuízo à Administração Pública, evidente que os motivos elencados pela CPL não são razoáveis para inabilitar a Porto Júnior, configurando como excesso de formalismo, em detrimento ao interesse social que rege a licitação.

31. Assim, ao se admitir a manutenção da decisão desta Comissão, estaria se admitindo a perpetração da afronta ao princípio do formalismo moderado, uma vez pautada em excesso de rigorismo, eis que firmada em descumprimento de mera formalidade.

32. No mais, o presente processo licitatório deve ter como escopo a participação do maior número possível de participantes, e não os limitar com exigências exageradas apegadas ao excesso, conforme defende o Desembargador Henrique Osvaldo Poeta Roenick, nos autos do Mandado de Segurança nº 70006778112.

⁵ Apelação e Reexame Necessário Nº 70031013857, Vigésima Primeira Câmara Cível. Tribunal de Justiça do RS, Relator: Genaro José Baroni Borges, Julgado em 14/10/2009.



33. Não obstante, é cediço que o certame licitatório possui o objetivo da escolha do futuro contratante com as melhores condições para a Administração Pública, vale dizer, deve prevalecer o interesse público, assegurando a maior competitividade no certame, razão pela qual não se deve admitir a exclusão da Requerente sob alegada irregularidade formal.

34. Em que pese o formalismo exacerbado, esclarece Hely Lopes Meirelles⁶:

Procedimento formal, entretanto, não se confunde com “formalismo”, que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. Por isso mesmo, não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas, desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes. A regra é a dominante nos processos judiciais: não se decreta a nulidade onde não houver dano para qualquer das partes.

35. Ademais, quando da habilitação das participantes, não se deve assumir uma rigidez excessiva, buscando a verificação da concreta idoneidade dos participantes. No caso concreto, observa-se que não persistem razões que justifiquem a inabilitação da recorrente, razão pela qual deve a decisão desta Comissão ser modificada, nos termos acima alinhavados.

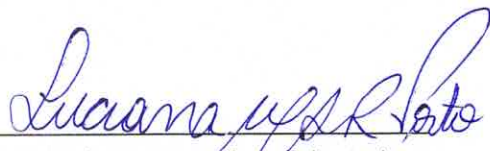
III. PEDIDOS

Por força de todo o exposto, requer-se:

A. Que o presente recurso seja julgado **INTEGRALMENTE PROCEDENTE**, a fim de reformar a decisão da Comissão de Licitação que entendeu pela inabilitação da Porto Júnior no presente processo licitatório, reconhecendo a regularidade da documentação apresentada, conforme os argumentos apresentados ao longo do presente recurso.

B. Não sendo este o entendimento deste órgão, o que remotamente se admite, requer seja o respectivo dossiê do processo, constando o recurso em trâmite, **imediatamente remetido à autoridade superior para decisão, nos termos do art. 109, §4º da Lei nº 8.666/93.**

Nestes termos pede e espera deferimento.



Porto Júnior Usina de Asfalto Ltda.

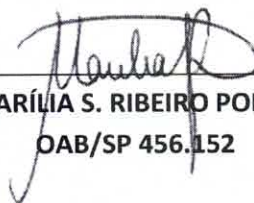
LUCIANA MARIA SAMPAIO RIBEIRO PORTO (P.P)

Luciana M S R Porto

RG 18.916.145

CPF 125.683.408-43

Bebedouro, 19 de fevereiro de 2024.



MARÍLIA S. RIBEIRO PORTO

OAB/SP 456.152

⁶ LOPES MEIRELLES, Hely. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 261-262, 27ª ed

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

A Empresa **PORTO JUNIOR USINA DE ASFALTO LTDA**, com sede na Avenida Francisco Martins Álvares, 530 – Jardim Progresso em Bebedouro/SP, CEP 14706-200, inscrita no CNPJ sob o nº 74.207.887/0001-20 e Inscrição Estadual sob o nº 210.163.517.110 por intermédio de sua representante e sócia proprietária, infra-assinada, Senhora **MARÍLIA SAMPAIO RIBEIRO PORTO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB /SP nº 456.152, residente e domiciliada sito à Avenida Francisco Martins Álvares, 520 – Parque Eldorado na cidade de Bebedouro/SP, CEP 14706-200, portadora do documento de identidade RG sob o nº 38.859.826-8 SSP/SP e do CPF nº 458.452.348-75, no uso de suas atribuições, confere e habilita sua procuradora, a Senhora **LUCIANA MARIA SAMPAIO RIBEIRO PORTO**, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada sito à Avenida Francisco Martins Álvares, 520 – Parque Eldorado em Bebedouro/SP, CEP 14706-200, portadora do documento de identidade RG sob o nº 18.916.145 SSP/SP e do CPF nº 125.683.408-43, à prática de todos os atos concernentes ao exercício da empresa acima designada em toda a sua extensão, concedendo-lhe amplos, gerais e ilimitados poderes para representar-lhe em toda e qualquer tipo de situação em que acionada, bem como nos atos por si intentados ou pretendidos sem exceção de qualquer poder. Nada mais.

Bebedouro, 08 de Fevereiro de 2023.

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE VIRADOURO - SP
MARCELLO CLEMENTINO - TABELEIRO TITULAR
R. Castelo Branco, 400 - Vila Jaraguá - CEP 13230-000 - Fone: (13) 395-1376 - e-mail: gregorio@tabvira.com.br

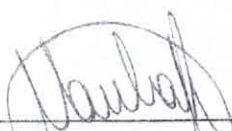
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de: Marília Sampaio Ribeiro Porto

Em testemunho da verdade.
VIRADOURO - SP, 20/03/2023.

V. unit. R\$ 12,40 V. Tot. R\$ 12,40
LUCIANA KIMIKO KOBAYASHI NAKAMURA - ESCRIVENTE
VÁLIDO SOMENTE C/ SELO DE AUTENTICIDADE



SELOS PAGOS POR VERBA	TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS COMARCA DE VIRADOURO SP	
	AUTENTICIDADE	
	Autentico a presente cópia reprográfica a mim apresentada, a qual confere com o original, do que dou fé	
	Viradouro, 20 FEV 2024	Valor Recebido por autenticação R\$ 4,86
<input type="checkbox"/>	Gustavo Henrique Quimello Belonzi - Escrevente	VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
<input checked="" type="checkbox"/>	Luciene K. Kobayashi Nakamura - Escrevente	
<input type="checkbox"/>	Vitor Rosseto Della Morte - Escrevente	
<input type="checkbox"/>	Leuric Medeiros de Souza Clementino - Escrevente	


PORTO JUNIOR USINA DE ASFALTO LTDA
MARÍLIA SAMPAIO RIBEIRO PORTO

